

ATA SEI



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - COMDEMA



A Presidência do COMDEMA Conselho Municipal de Meio Ambiente, faz saber: O Comdema, criado pelo [Decreto nº 5.807](#) de 20 de maio de 1988; alterado pelo [Decreto nº 6.652](#) de 14 de outubro de 1991; e pela [Lei nº 5.712](#), de 19 de dezembro de 2006; e atualmente disciplinado pela [Lei Complementar nº 772](#), de 30 de junho de 2026, que dispõe sobre a Qualificação do Ambiente Natural (Código Municipal do Meio Ambiente), na forma do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Joinville, tendo por finalidade acompanhar a implementação da Política Municipal de Meio Ambiente, deliberar sobre matérias de sua competência legal e atuar de forma integrada com o Órgão Municipal de Meio Ambiente e demais Órgãos e Entidades que compõem o SISMMAM, constitui Colegiado autônomo, de caráter permanente, consultivo, deliberativo e normativo, organizado para cumprimento de sua competência legal, responsável pelo acompanhamento da implementação da Política Municipal de Meio Ambiente, conforme previsto no Regimento Interno ([Decreto 53.451, de 27 de fevereiro de 2023](#)), e suas atualizações. As Reuniões Plenárias Ordinárias ocorrem conforme [Calendário Anual](#), e demais informações ou inscrições para as atividades do Conselho poderão ser solicitadas através do e-mail: sama.uac@joinville.sc.gov.br

Ata da Reunião Ordinária do COMDEMA Conselho Municipal de Meio Ambiente realizada em 05/08/2026.

No quinto dia do mês de agosto do ano dois mil e vinte e seis, às dez horas, reuniu-se o Comdema Conselho Municipal de Meio Ambiente em Sessão Plenária Ordinária presencial, realizada no Auditório da ACIJ, na Rua Aluísio Pires Condeixa, 250 - bairro Saguazu, no Município de Joinville, Estado de Santa Catarina. [Estiveram presentes](#) os seguintes [Integrantes](#) do Comdema, mandato de 01/03/2025 à 28/02/2027, conforme [Decreto 64.409, de 7 de janeiro de 2025](#) e suas atualizações: Fábio João Jovitta, Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente; Fábio Elling Schaden, da AEA Babitonga; Magda Cristina Villanueva Franco, da SAMA; Osmar Leon Silivi Junior, da SEHAB; Valquiria Viviani Rodrigues Backes Forter, da SAS; Pedro Toledo Alacon, da CAJ; Bruno Berreta, da PMA - Polícia Militar Ambiental; Márcia Koser, da SEINFRA; Giampaolo B. Marchesini, da SEPROT; James Schroeder, da SDE.UDR; Danielle Perez, da AJORPERME; José Mário Gomes Ribeiro, do CHBB; Therezinha Maria Novais de Oliveira, da UNIVILLE; Amilcar Nicolau Pelaez, do SINDSERRARIA; Cristina Jandrey Silva, da ADUNORTE; Marta Beatriz Maccarini, do IMA; Priscila de Lima Watanabe Quandt, do SECOVI; Luísa Helena Jordan, do OSB; Rafael Ribeiro, da SAP; Erica Romanha Dagostin, da ACIJ; Virginia Grace Barros, da UDESC.

Demais participantes e ouvintes também se fizeram presentes, cujos nomes serão lançados nessa Ata, juntamente com a anexação da lista de presença dos Conselheiros, mencionando: Rosemeri Correia, da CAJ; Arlindo Raulino Junior, da PMA - Polícia Militar Ambiental; Robison Negri, da SEPROT; Roberta Marchi, da AMBIENGE, e, Luís Gustavo, Priscila Mello Gomes, Francine Sarmento Heiden, Sarah Sabrina Leal Francisco, José Augusto de Souza Neto, e, Gabriel Dumerqui Rodrigues, da SAMA.

Na reunião foram desenvolvidos os seguintes assuntos pautados na convocatória: **1)** Aprovação da Ata Comdema: Reunião 01/07/2026; **2)** El Niño, Projeções e Ações de Preparação (Prevenção, Monitoramento e Resposta); **3)** Novo Procedimento CVCO; e, **4)** Sugestões de Pauta e Palavra Livre.

Pauta 1) Aprovação da Ata Comdema: O Presidente do Comdema, Fábio João Jovita cumprimentou a todos, deu boas-vindas, agradeceu as presenças, e após a verificação do quórum regimental iniciou a reunião questionando aos Conselheiros se todos receberam a Ata encaminhadas, de Reunião realizada no dia 01/07/2026, e se haviam quaisquer contribuições ou manifestações a serem feitas. Não ocorrendo manifestações ou demais considerações foi colocada em votação a Ata da Reunião Plenária do dia 01/07/2026, a qual foi aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros, sendo registrada 1(uma) abstenção.

Pauta 2) El Niño, Projeções e Ações de Preparação: (Prevenção, Monitoramento e Resposta). A palavra foi concedida ao Eng^o Giampaolo Marchesini, da SEPROT, que cumprimentou a todos, agradeceu pela oportunidade e se manifestou nos seguintes termos: *"Não é unicamente o fenômeno El Niño que provoca ocorrências de períodos de chuva e seca na cidade de Joinville, mas sim uma conjunção de fatores que constituem a base para que tais situações se verifiquem"*. Marchesini continuou destacando que a Defesa Civil tem atuado de forma incansável no acompanhamento das questões meteorológicas e que não desenvolve suas atividades isoladamente, razão pela qual coordena diversas ações no município, com especial ênfase nas medidas de prevenção em zonas de risco. Prosseguindo em sua exposição, o proponente reforçou que a cidade de Joinville, lamentavelmente, enfrenta problemas hidrológicos e sofre com inundações. Ressaltou, por fim, que a Prefeitura tem cumprido o seu papel, notadamente por meio da realização de limpezas e desassoreamentos dos rios, com o objetivo de aumentar a vazão e melhorar o fluxo dos cursos d'água. Marchesini destacou, ainda, a importância do trabalho realizado pela Defesa Civil no cadastramento das famílias residentes em setores de risco geológico. Esse procedimento consiste na identificação do núcleo familiar de cada residência, com a verificação da existência de pessoas com deficiência, crianças, idosos e animais, bem como do número total de moradores, a fim de possibilitar o contato imediato e o dimensionamento adequado das ações de salvamento em situações de emergência. Marchesini prosseguiu em sua preleção, destacando que, de posse desses dados, torna-se mais ágil a atuação em eventual resgate. Reforçou que os Bombeiros, o SAMU, a CEA e as demais Secretarias atuam de forma conjunta em situações críticas dessa natureza. Marchesini mencionou que a prevenção não deve ocorrer apenas quando se anuncia o fenômeno El Niño, mas sim de forma contínua, todos os dias e todos os anos. Destacou que a educação constitui elemento essencial da prevenção e que a sociedade, como um todo, precisa desenvolver a percepção de risco, adotando medidas preventivas diante de eventuais situações de perigo, independentemente da ocorrência do El Niño. Logo em seguida, Marchesini passa a palavra ao palestrante Prof^o Robison Negri, da SEPROT, que cumprimentou a todos os Conselheiros, agradeceu pela oportunidade, e estendeu as saudações aos demais participantes. Em seguida, iniciou uma breve exposição sobre o fenômeno El Niño e as diferenças entre El Niño e La Niña. Explicou que o El Niño e La Niña consistem em alterações na temperatura da superfície do Oceano Pacífico, na região compreendida entre a Costa Oeste da América do Sul e a Oceania (Austrália). Segundo o palestrante, essas mudanças influenciam o clima de diversas partes do mundo, inclusive o do Brasil. Esclareceu, de forma simplificada, que, em condições normais, os ventos denominados alísios sopram de leste para oeste, empurrando a água quente da superfície do mar em direção à Austrália. Em decorrência desse movimento, conforme explicou, na Costa da América do Sul (nossa região) ocorre a ressurgência de águas frias provenientes do fundo do oceano, o que contribui para manter a temperatura da água mais amena. Prosseguindo na mesma linha de raciocínio, esclareceu que o fenômeno El Niño ocorre quando os ventos alísios enfraquecem. Nessas condições, a água quente deixa de ser empurrada com intensidade em direção à Austrália, acumulando-se próximo à Costa da América do Sul. Como resultado, a superfície do mar nessa região torna-se mais quente do que o normal. Segundo o palestrante, tal alteração modifica a circulação atmosférica e provoca mudanças nos padrões de chuvas e temperaturas em diversas regiões do planeta. Negri explicou ainda, que La Niña representa o fenômeno contrário: os ventos alísios tornam-se mais intensos do que o normal, empurrando com maior força a água quente em direção à Austrália. Em consequência, na Costa da América do Sul ocorre maior ressurgência de águas frias provenientes do fundo do oceano, tornando a superfície do mar mais fria do que o habitual. Segundo o palestrante, essa condição também altera a circulação atmosférica e o clima global, porém de forma oposta ao El Niño. Explica que a temperatura ideal, ou seja, em equilíbrio, corresponde à condição normal. Ressaltou que a situação atualmente enfrentada pela sociedade em geral é o oposto dessa normalidade, o que ocorre quando a temperatura da superfície oceânica supera a média em meio grau, um grau, dois graus e assim sucessivamente. Negri buscou desmistificar a ideia de que o El Niño seria um fenômeno recente, esclarecendo que se trata de um evento natural que sempre existiu, podendo, contudo, ser intensificado pelo aquecimento global. Ainda reforçou que o El Niño tende a oscilar climaticamente, sendo superado pelas circunstâncias normais. Informa que existem séries históricas que registram os anos em que a temperatura das águas do Oceano Pacífico esteve mais elevada, mais baixa, ou dentro da faixa considerada normal. A partir desses dados, conforme esclareceu, é possível identificar os períodos de El Niño, de La Niña, e de condições neutras. A presença de águas mais quentes próximas à Costa da América do Sul pode influenciar o clima do continente, aumentando as chances de maior volume de chuvas na Região Sul do Brasil, de maior precipitação na Amazônia e de períodos mais secos na faixa leste, próxima ao Oceano Atlântico. Cita os eventos extremos que ocorreram no estado do Rio Grande do Sul, que ocasionaram uma enchente em determinadas épocas do ano, essas enchentes formaram-se em uma zona de baixa pressão sobre as cadeias montanhosas da região. Reforça que o cenário atual não se configura como global, mas encontra-se consolidado no Hemisfério Sul, com a ocorrência do El Niño. O fenômeno, conforme enfatizou, já constitui um fato, o que foi demonstrado por meio de gráficos elaborados em junho, os quais indicam probabilidade próxima de cem por cento. Esclareceu aos Conselheiros e demais presentes que a região de Joinville tem sido favorecida, uma vez que diversas áreas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina vêm sendo atingidas, enquanto a porção norte permanece, até o momento, poupada. Ressaltou, contudo, que, mesmo não sendo diretamente impactada, é necessário manter-se preparado, pois não há garantia de que a região continue isenta de eventos extremos. Prosseguindo, informou que, nos meses de junho a dezembro e subsequentemente até março, a probabilidade de ocorrência do El Niño permanece próxima de cem por cento, passando a perder intensidade a partir do mês de março. O Conselheiro Pedro Alacon, da CAJ indagou Negri acerca do conceito de "super El Niño", questionando se a configuração atualmente observada seria significativamente mais intensa do que as registradas em períodos anteriores ou se constituiria mera repetição de eventos já ocorridos. Esclareceu o questionamento informando que evento semelhante ao atualmente observado já ocorreu em 2015, fenômeno popularmente conhecido como "super El Niño". Naquela ocasião, as temperaturas registraram elevação da ordem de 2,5 graus, patamar próximo ao previsto e configurado para o presente episódio, estimado entre 2 e 3 graus. Alacon

mencionou que as maiores enchentes registradas na bacia do rio Iguaçu, abrangendo as cidades de Itajaí e Blumenau, foram de proporção semelhante àquela atualmente enfrentada pelo Estado do Rio Grande do Sul. Retomando a palavra, Negri mencionou que a enchente no Rio Iguaçu, à qual Alacon se referiu, foi considerada uma das maiores da história do Brasil. Reforçou, ainda, que tal evento apresentou proporções muito semelhantes às enfrentadas atualmente pelo Estado do Rio Grande do Sul. Ainda com a palavra, Negri utilizou os eventos do Rio Iguaçu e do Rio Grande do Sul para explicar que os eventos extremos se deslocam espacialmente. Ou seja, mesmo quando existem condições favoráveis — como a ocorrência do El Niño associada a outros fatores meteorológicos —, não é possível afirmar com certeza o local em que o evento irá se concentrar. Por essa razão, reforçou que, mesmo reunidos todos os fatores necessários, pode não ocorrer nada de grave na região de Joinville, assim como pode ocorrer. A mensagem central transmitida pelo palestrante é a de que a cidade de Joinville deve estar preparada para eventual ocorrência desses eventos. Ressaltou, ainda, que apesar de todo o conhecimento e da tecnologia disponíveis, a meteorologia mantém margem de incerteza quanto ao local exato e à intensidade dos fenômenos. Jovita reforçou que é preferível estar preparado do que despreparado para eventos dessa natureza. Prosseguiu sua exposição sobre o El Niño, esclarecendo que, a partir do mês de agosto, o fenômeno começa a ganhar maior intensidade, com temperaturas oceânicas superiores a 2,5 °C. A força do evento aumenta gradualmente entre agosto, setembro e outubro, passando a diminuir a partir de novembro. Destacou que os meses mais críticos para a Região Sul são setembro, outubro e novembro, período correspondente à primavera e tradicionalmente associado às chuvas no Sul do Brasil. Quanto aos impactos previstos, informou que, em Santa Catarina, estima-se aumento de precipitação entre 40% e 50% acima da média, além de elevação de temperatura, especialmente no Norte do Brasil. Na primeira metade do verão, há previsão de chuvas acima da média, com riscos de alagamentos, enchentes, tempestades intensas, granizo, ventos fortes e calor acima do normal. Foi homologado em maio de 2025, conforme informado por Negri, o Plano Municipal de Gestão de Riscos e Desastres. O palestrante destacou que se trata de um documento robusto e completo, de acesso público, que contém a caracterização dos riscos do município, bem como uma série de Planos de Ação Inter setoriais, envolvendo a Sociedade Civil organizada e toda a população. Informou, ainda, que em 2025 foi aprovada a Lei nº 9.898, que institui o Sistema Municipal de Defesa Civil, organizando as estruturas e criando as ferramentas necessárias para uma gestão mais eficiente e intensiva. Informou que o Plano de Contingência (PlanCon) foi atualizado, com a realização de treinamentos relacionados ao documento. Atualmente, o PlanCon opera com cinco níveis de resposta, iniciando pelo nível de normalidade e pelo nível de mobilização. Em cada um desses níveis, aumenta progressivamente o grau de envolvimento de órgãos e agentes prontos para atuar. Marchesini questionou Negri se teria um simulado por parte da Defesa Civil, pelo que Negri confirmou que sim. Na sequência, informou aos demais participantes que a realização do exercício simulado atendeu a uma solicitação da Prefeitura Municipal de Joinville. Esclareceu que a atividade demandou o cenário de um “evento roxo”, classificação correspondente aos episódios de maior complexidade operacional enfrentados pela Defesa Civil, os quais abrangem desde ocorrências de menor gravidade até cenários críticos com registro de vítimas fatais, exigindo resposta célere e integrada das equipes de socorro. Prosseguiu com a palavra e informou que a qualidade dos serviços públicos apresenta deficiências significativas, com falhas de comunicação, registro de óbitos, sistema superlotado e postos de saúde sem funcionamento adequado, situação que qualificou como um verdadeiro “caos”. Diante disso, destacou que a realização de um simulado de emergência nesse cenário constitui um desafio de grande magnitude, embora seja exatamente a tarefa a ser cumprida. Em relação à limpeza de rios, segundo Negri, essa atividade vem sendo realizada de forma contínua desde 2020 até junho de 2026, tendo a Prefeitura intervencionado cerca de 975 quilômetros de rios e valas. Quanto ao material retirado, este é quantificado em caminhões equivalentes, com reforço nas ações de drenagem. Ressaltou ainda que, de 2025 para 2026, foram limpos mais 306 quilômetros, e que existem quatro caminhões hidrojetos disponíveis para a realização dos serviços de limpeza e reforço de drenagem. Ressaltou que a limpeza dos rios não ocorre de forma aleatória, mas sim com base em critérios de prioridade. Conforme os dados do Plano Municipal de Risco e Desastre, nas áreas de risco de alagamento e inundação, as zonas classificadas como vermelhas ou seja, de risco mais elevado são prioritárias. A Prefeitura tem atuado prioritariamente nas áreas de risco alto e médio. Jovita, com ressalvas ao palestrante, mencionou a existência de um serviço de limpeza e manutenção preventiva da drenagem. Contudo, o Ministério Público ajuizou ação contra o Município de Joinville, alegando a impossibilidade de realização dessa limpeza sem o devido licenciamento ambiental. Reforçou, ainda, que o Ministério Público exigia a obtenção de licenciamento ambiental para cada trecho, desconsiderando o caráter emergencial da medida. Ainda com a palavra, Jovita esclareceu que, em primeira instância, a Prefeitura logrou êxito na ação. Contudo, o Ministério Público interpôs recurso, obtendo reforma da decisão em segunda instância. Jovita argumenta que, mesmo diante da interdição judicial, o serviço já demonstra eficácia na prática. Diversas áreas que tradicionalmente sofriam com alagamentos permaneceram preservadas mesmo diante de chuvas intensas, verificando-se melhoria no escoamento das águas. Ressalta, ainda, que o problema não se restringe à ocorrência de precipitações, uma vez que a mera ausência de limpeza ou o dimensionamento inadequado da drenagem são suficientes para provocar o rápido acúmulo de água na superfície. Ainda reforçou que a SAMA não se restringe ao âmbito das ideias, mas que todos os envolvidos na Prefeitura estão empenhados na execução efetiva das ações, e não apenas na formulação teórica em seus gabinetes. Jovita agradeceu, ainda, às demais Secretarias que vêm atuando de forma conjunta na busca de soluções para os problemas da cidade como um todo. A palavra retornou a Negri, que mencionou a continuidade das ações de monitoramento, cadastramento e alerta. Segundo ele, a Defesa Civil já possui o mapeamento dos setores de risco, abrangendo tanto áreas sujeitas a deslizamentos quanto a alagamentos. afirmou, ainda, que o órgão já dispõe do cadastro das áreas de risco, com informações detalhadas sobre o número de crianças, idosos, animais e pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, de modo a possibilitar, em caso de ocorrência de evento, o direcionamento prioritário e eficiente das ações de resgate. Confirmou, ainda, que já foram cadastradas entre 90 e 190 famílias, totalizando 709 moradores em dez áreas de risco. Negri prosseguiu destacando a parceria firmada com a AMUNESC por meio de contrato de prestação de

serviços, mediante o qual serão instaladas nove estações, sendo algumas meteorológicas e outras hidro meteorológicas. Continuou afirmando que a Defesa Civil recebeu ônibus novos e devidamente equipados, prontos para utilização nas áreas de risco. Com os equipamentos tecnológicos disponíveis, o órgão não se encontra mais restrito a um único espaço físico. Mencionou, ainda, que, em termos de estrutura, a Defesa Civil tem evoluído tanto no aspecto físico quanto no operacional, monitorando as áreas de risco — especialmente as de natureza geológica, que são mais localizadas e apresentam potencial de danos severos, inclusive com risco à vida. Reforçou que essas áreas são objeto de monitoramento contínuo e cadastramento, com manutenção de alertas direcionados aos grupos residentes. Destacou que, se houvesse de resumir as ações dos últimos dois meses, a palavra-chave seria capacitação e treinamento. Nesse sentido, foram realizados exercícios simulados, entre os quais o ocorrido no Jardim Sofia, em março do presente ano, que contemplou o resgate de animais, tendo sido disponibilizado à Defesa Civil o respectivo protocolo de emergência. Negri informou que, mesmo que o indivíduo se inscreva no treinamento de voluntariado da Defesa Civil, não há garantia de efetivação. Reforçou, contudo, que o treinamento tem como principal objetivo a aquisição de conhecimento e informação. A Conselheira Luísa Jordan, do OSB questionou quais eram os requisitos para ser voluntário da Defesa Civil, ao que Marchesini esclareceu que os requisitos para se tornar voluntário consistem em realizar a inscrição ou o cadastro na página da Prefeitura. Após o preenchimento do formulário, o interessado poderá atuar no atendimento de emergências, conforme sua qualificação (médico, bombeiro ou outra área), de acordo com as informações declaradas. E reforçou a importância de participar do treinamento. A Conselheira Therezinha Novaes, da Univille destacou a necessidade de um processo de comunicação com a população voltado à prevenção residencial, orientando a limpeza de resíduos das residências — que muitas vezes apresentam acúmulo de barro, lama ou outros materiais — bem como a manutenção da drenagem das próprias casas. Encerrando a palestra, o Prof^o Robison Negri agradeceu aos Conselheiros presentes pela oportunidade de expor a matéria, recebendo uma calorosa salva de palmas, e, em seguida, o Presidente do Comdema, Fábio Jovita prosseguiu com a apreciação da próxima pauta.

Parte 3) Novo Procedimento CVCO: Antes de passar a palavra à Gerente da Unidade de Fiscalização da SAMA (UNF), o Presidente do Comdema, Fábio Jovita esclareceu que o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obra (CVCO) constitui a última etapa de um processo de construção. No passado, tratava-se de um procedimento físico, no qual o interessado — proprietário ou empreendedor — dirigia-se pessoalmente à Secretaria de Meio Ambiente portando toda a documentação exigida pela Instrução Normativa nº 11, de 2022. O trâmite iniciava-se na Secretaria de Meio Ambiente, passando em seguida pela Secretaria da Fazenda para o recolhimento do ISS, pela Vigilância Sanitária para a emissão do HABITE-SE, e, posteriormente, pelo Corpo de Bombeiros, de modo que somente ao final fosse possível protocolizar o CVCO junto à SAMA. Passada a palavra à Gerente, Sarah Sabrina Leal Francisco, a mesma cumprimentou todos os Conselheiros presentes, agradeceu pela oportunidade, e estendeu seus cumprimentos aos demais presentes. Iniciou sua exposição informando que, na qualidade de Gerente da SAMA.UNF, compete-lhe, juntamente com sua equipe, a responsabilidade pela Fiscalização e vistoria dos imóveis que buscam obter o Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras (CVCO). Ressaltou, ainda, a importância desse documento, uma vez que, de posse dele, o imóvel pode ser alienado ou objeto de financiamento junto a instituições bancárias. A responsabilidade pela emissão do referido certificado compete à Unidade de Fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente. O Fiscal, investido de autonomia para Fiscalizar e vistoriar as residências, atua como vistoriador, cabendo-lhe examinar o projeto de construção, proceder à vistoria do imóvel e verificar se as medidas apresentadas estão em conformidade, bem como se os recuos e afastamentos observam as exigências legais. Na esfera administrativa, Sarah reforçou que a Unidade será responsável por toda a documentação apresentada, observando-se que, a depender do tipo de imóvel, a quantidade de documentos exigidos poderá variar. Em seguida, a palestrante esclareceu que, para a obtenção do certificado, faz-se necessário o pagamento do ISS (Imposto Sobre Serviços) da construção civil, bem como a apresentação do atestado e do visto do Corpo de Bombeiros e da Vigilância Sanitária. Explicou, ainda, que no cenário anterior, vigente no ano de 2021, o cidadão protocolava simultaneamente os documentos referentes ao Certificado, ao HABITE-SE Sanitário e ao ISS, sendo a vistoria realizada já no início do processo. Dessa forma, tramitavam concomitantemente três processos distintos. Com o passar do tempo verificou-se que diversos requerentes protocolavam o pedido de conclusão de obras antes mesmo de sua efetiva finalização. Assim, por ocasião da Fiscalização, as construções ainda não se encontravam concluídas. Segundo Sarah, tal situação gerava prejuízos desnecessários aos cofres públicos, em razão da realização de vistorias em imóveis que não estavam prontos. Esclareceu, ainda, que houve uma época em que a equipe da UNF alterou o processo e elaborou uma instrução normativa com determinados parâmetros, o que melhorou significativamente o tempo de tramitação, reduzindo-o de 78 para 18 dias. Ressaltou, contudo, que o requerente deveria protocolar o pedido na SAMA por último, já munido de todos os documentos necessários. A ideia principal é tornar o processo integralmente digital. A única finalidade da instituição, do município e do HABITE-SE Sanitário era a obtenção do Certificado. Prosseguiu explicando que houve a sugestão de unificar esses processos, transformando-os em um único procedimento. Esse constitui o tema central de sua apresentação: apresentar as mudanças que ocorrerão a partir de agora e as consequências estimadas decorrentes desse novo processo. A partir do dia 27 de julho, o processo, que anteriormente era físico, passou a ser integralmente digital por meio do sistema APROVA, não sendo mais admitido o protocolo em meio físico. Para formalizar o requerimento, basta acessar o site da Prefeitura, mediante *login* no gov.br. Segundo a palestrante, o sistema APROVA é bastante intuitivo e de fácil utilização. Basta acessar o site da Prefeitura de Joinville e, na Carta de Serviços, já se encontra o passo a passo completo, com a documentação exigida de acordo com o tipo de imóvel. Ao acessar o sistema, o interessado deverá criar um novo processo, anexar os documentos necessários, preencher o formulário inicial e gerar a taxa correspondente. Após o pagamento da primeira taxa o processo é iniciado, contemplando diversas etapas. Entre elas, destacam-se: identificação do proprietário, indicação de procurador (quando houver), dados de contato (considerados de grande importância), números dos alvarás de construção, informações gerais da obra, escritura imobiliária, entre outras. Esclareceu, ainda, que, caso não seja apresentada a habilitação do

Corpo de Bombeiros documento obrigatório, o processo administrativo não será admitido. Após a fase de inserção dos documentos, o processo contempla diversas etapas, entre elas a sanitária, a do ISS e outras. Explicou, ainda, que o documento HABITE-SE, de caráter oficial, poderá ser impresso e estará disponível em sistema próprio. Reforçou, outrossim, que se trata de documento permanentemente acessível em formato digital, o que elimina a figura da segunda via. Acrescentou que, na hipótese de extravio, o interessado não necessita preocupar-se, uma vez que a via digital permanece armazenada no próprio sistema, munida de *QR Code* com validade digital, podendo ser verificada a qualquer tempo. Após a conclusão desse procedimento, o processo é encaminhado à Fiscalização de Tributos, setor responsável pela análise da metragem, pela verificação dos comprovantes de pagamento referentes à construção civil e pelo cálculo da estimativa Fiscal do custo do ISS. Em seguida, é emitido o respectivo boleto, cujo pagamento pelo cidadão autoriza o avanço automático para a etapa subsequente. No que tange às alterações, confirma-se integralmente o quanto exposto por Sarah, toda a tramitação passará a ser realizada de forma eletrônica. Reforçou-se, ainda, que o setor eliminará qualquer utilização de documentos em papel, ressalvada unicamente a etapa de verificação presencial pelo Fiscal. Prosseguiu na exposição, destacando que a UNF contará com integração junto a outros órgãos. Mencionou, ainda, que a Unidade de Fiscalização registra, em média, 800 (oitocentos) atendimentos via *WhatsApp*. Dentre esses, conforme esclarecido por Sarah, predomina grande volume de questionamentos acerca do status do serviço em andamento. Não raro, o próprio responsável técnico contratado pelo interessado ingressa no canal de atendimento solicitando informações sobre o processo, sendo prontamente atendido pelo servidor da Unidade de Fiscalização, que presta os esclarecimentos devidos, ainda que o feito se encontre em tramitação em outro órgão. O protocolo, composto por três documentos, implicava, até então, três deslocamentos de ida e três de retorno até a retirada pelo poder público; tal dinâmica será integralmente suprimida, reduzindo-se a zero. Mencionou, ademais, que a Unidade processa, atualmente, aproximadamente 250 a 300 protocolos mensais referentes a vistorias e conclusões de obras, o que corresponde a um volume anual estimado entre 3.500 e 4.000 processos de conclusão de obra. Jovita informou que, no mês de dezembro, recebeu diversas reclamações relativas ao impedimento da realização de protocolos, os quais deixaram de ser instruídos com os documentos de HABITE-SE, de Meio Ambiente, e de comprovação do ISS. Segundo relatou, promoveu diversas reuniões com grupos de engenheiros e arquitetos, oportunidade em que reforçou junto aos empreendedores a necessidade de cobrar maior celeridade da Vigilância Sanitária na análise dos pedidos. Jovita destacou que a Vigilância Sanitária, com fulcro na Instrução Normativa nº 11 (IN 11), logrou inverter o fluxo processual e digitalizá-lo, reduzindo o prazo de aproximadamente 90 dias para 5 ou 6 dias, o que tornou o trâmite significativamente mais célere. Em consequência, a pressão sobre os servidores diminuiu de forma expressiva, cessando as reclamações e cobranças reiteradas, o que se configurou como um exemplo positivo de aprimoramento administrativo. Jovita reforçou o impacto positivo no processo do Corpo de Bombeiros, destacando que, a partir da experiência adquirida com a Instrução Normativa nº 11, foi possível reduzir significativamente o prazo de um procedimento que anteriormente demandava de quatro a cinco meses. Ressaltou a necessidade de que os responsáveis atuem com base em protocolo único e sistema unificado. Informou, ainda, que a SAMA já realiza o monitoramento de todos os prazos e processos, dispondo de indicadores específicos para cada um deles. A proposta consiste em permitir que o novo processo seja implementado, analisado, aprimorado e continuamente aperfeiçoado. O sistema está sendo tratado como versão beta, sujeita a ajustes diários com base no monitoramento realizado. Esclareceu que, mesmo quando o processo exigir vistoria do Corpo de Bombeiros, a Fiscalização da Prefeitura poderá ser realizada antes da juntada do respectivo documento. A pendência oficial, contudo, permanecerá vinculada à inscrição com a juntada do documento do Corpo de Bombeiros. A vistoria não será antecipada de forma deliberada, pois, caso o Fiscal compareça e passe a solicitar adequações pontuais, o empreendedor acaba por obter tempo adicional para as correções enquanto o trâmite administrativo prossegue. Por fim, Jovita reforçou que ainda não é possível liberar o ISS e a Vigilância Sanitária com a mesma celeridade anteriormente praticada, uma vez que esses itens não serão priorizados na mesma medida. Sendo assim, Sarah encerrou a sua fala agradecendo pela oportunidade e recebendo uma calorosa salva de palmas. Jovita agradeceu a Sarah pela apresentação e passou para a próxima pauta.

Parte 4) Sugestões de Pauta e Palavra Livre: Semana da Árvore (20 à 26 de Setembro): Luís Gustavo Ravazolo, da SAMA cumprimentou todos os Conselheiros presentes, e estendeu seus cumprimentos aos demais ouvintes. Ravazolo mencionou que pertence ao Departamento de Educação Ambiental, da Unidade de Gestão Ambiental, e informou aos presentes que a próxima atividade que está sendo preparada em seu Departamento diz respeito a "Semana da Árvore", a qual ocorrerá nos dias 21 a 26 de setembro. Ravazolo expõe que o Órgão tem o objetivo de a partir do mês de junho buscar a integração de Instituições, para que possam trabalhar no Tema "Semana da Árvore", tanto entidades públicas, quanto privadas, que trabalham com a parte de sustentabilidade ou educação ambiental. A SAMA planejou a realização de algumas atividades a serem desenvolvidas durante a "Semana da Árvore". Na Rádio Cultural de Joinville, serão produzidas quatro matérias sobre árvores, cujo conteúdo foi elaborado no mês de junho. Além disso, será promovido o "Mergulho na Mata", atividade que consiste em levar os participantes junto à natureza, realizada habitualmente no Parque Caeira. A atividade possui caráter perceptivo-sensorial. Conforme Ravazolo, essa experiência não tem por objetivo transmitir informações sobre o meio ambiente, mas sim proporcionar a conexão das pessoas com o próprio ambiente. A ideia é trabalhar em conjunto com os servidores da Câmara de Vereadores ou de outras instituições. Ravazolo reforçou, ainda, que as portas estão abertas para a participação de todos os Conselheiros que desejarem integrar suas entidades às atividades propostas. Mencionou, ainda, o trabalho a ser realizado em conjunto com a Polícia Militar Ambiental. Segundo Ravazolo será efetuada blitz educativa com o Grupo Protetores Ambientais, a serem realizadas em alguns pontos da cidade, com o objetivo de orientar a população, também, sobre o descarte de lixo orgânico. Destacou, por fim, a maior capacidade educativa decorrente da parceria entre a Escola do Legislativo, e a Câmara de Vereadores, em conjunto com os Vereadores Mirins - encerra Ravazolo - Sem mais manifestações, o Presidente do Comdema, Fábio João Jovita agradeceu a presença e a atenção de todos, encerrando a reunião às 12:03, a qual foi lavrada pela

Secretaria do Conselho e assinada pelo Presidente do Comdema, Fábio João Jovita, após aprovação dos demais Conselheiros.

Fábio João Jovita
Presidente do COMDEMA

Márcio Luís Nunes da Silva Júnior
Vice-Presidente do COMDEMA

Gabriel Dumerqui Rodrigues
José Augusto de Souza Neto
SAMA - Unidade de Apoio aos Conselhos

****A gravação em áudio desta reunião se encontra arquivada na Unidade de Apoio aos Conselhos (SAMA.UAC)**



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Joao Jovita, Secretário (a)**, em 03/09/2026, às 14:17, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **30636707** e o código CRC **18211C69**.

Rua Dr. João Colin, 2.719 - Bairro Santo Antônio - CEP 89218-035 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

26.0.029098-7

30636707v47